

ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS

Edital 56/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
56/2026	160129-ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS	JOAO BATISTA MENDES VIEIRA JUNIOR	23/06/2026 10:28 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	306/2026	64511007119202673

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90036/2026

CONTRATANTE (UASG)
(160129)

OBJETO

Aquisição de medicamentos, materiais e insumos veterinários, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 412.590,00 (quatrocentos e doze mil, quinhentos e noventa mil reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 09/07/2026 às 08h:00 (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço

Modo de disputa:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS
ESCOLA SARGENTO MAX WOLFF FILHO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90036/2026
(Processo Administrativo n.º 64511.007119/2026-73)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS, CNPJ 09.575.541 /0001-12, por meio do(a) Setor de Aquisições Licitações e Contratos, sediado(a) SETE DE SETEMBRO, 628, SALC, bairro Centro, na cidade de Três Corações/MG , CEP 37.410-155, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço , Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de medicamentos, materiais e insumos veterinários, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.[A1]

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	Und	QTD	VALOR UNITÁRIO	V. TOTAL
1	Benzilpenicilina benzatina, concentração: 12.000.000 UI, forma farmacêutica: suspensão injetável. Frasco-ampola contendo 50 ml. De qualidade igual ou superior ao Benzafort 12 milhões. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	270612	Und	20	R\$ 6,08	R\$ 121,60
2	Omeprazol em forma de pasta. Cada seringa com 7,50g contem 2,28g de omeprazol. Qualidade igual ou superior ao Gastrozol. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	421874	Und	50	R\$ 66,62	R\$ 3.331,00
3	Sulfato de Condroitina 7,5g associada à Glucosamina 7,5g em solução injetável. Uso veterinário. Frasco-ampola com 10 ml. Qualidade igual ou superior ao Condroton. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	422329	Und	20	R\$ 120,76	R\$ 2.415,20
4	Meloxicam 2% (20mg/ml), forma farmacêutica: solução injetável, uso veterinário. Frasco 20 ml. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	407454	Und	20	R\$ 49,60	R\$ 992,00
5	Sulfanilamida associada à sulfadiazina, gentamicina, vitamina A e uréia, na concentração: 5 g + 5 g + 0,5 g + 120.000 UI + 5g, respectivamente. Forma farmacêutica: pomada. Bisnaga contendo 50g. Qualidade igual ou superior ao Vetaglós. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	439485	Und	100	R\$ 47,51	R\$ 4.751,00
6	Cefoxitina sódica injetável, 1g. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	269960	Und	20	R\$ 10,09	R\$ 201,80
7	Ciprofloxacino associado à dexametasona,					

	na concentração de 3 mg + 1 mg, forma farmacêutica: pomada oftálmica. Bisnaga contendo 3g. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	396073	Und	20	R\$ 53,93	R\$ 1.078,60
8	Dipirona Sódica associada com N-butilbrometo de Hioscina, concentração: 500 mg/ml + 4mg/ml, forma física: solução injetável, uso veterinário. Frasco com 50 ml. De qualidade igual ou superior ao Buscofin Composto. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	412380	Und	20	R\$ 55,49	R\$ 1.109,80
9	Sorbitol concentração: a 50%, forma física: solução injetável, uso veterinário. Frasco contendo 100ml. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	410102	Und	100	R\$ 27,16	R\$ 2.716,00
10	Suplemento vitamínico e mineral para equinos composto por Amido de Milho, Levedura de Cana de Açúcar Inativada e Desidratada, Ácido Fólico, Ácido Nicotínico, Aditivo Prebiótico, Aditivo Probiótico, Aroma de Melaço, B.H.T (Butilhidroxitolueno), Biotina, Cloreto de Colina, Dióxido de Silício ou Sílica, DL-Metionina, Fosfato Tricálcico, L-Lisina, Vitamina B1 (Mononitrato de Tiamina), Vitamina B12 (Cianocobalamina), Vitamina B2 (Riboflavina), Vitamina B6 (Cloridrato de Piridoxina). Saco contendo 20 Kg. De qualidade igual ou superior ao Organew. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	456711	Und	20	R\$ 1.377,33	R\$ 27.546,60
11	Flunixin Meglumina 82,9g/ml. Solução injetável, uso veterinário. Frasco-ampola contendo 50 ml. Qualidade igual ou superior ao Flumedin. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	438095	Und	50	R\$ 44,79	R\$ 2.239,50
12	Vitamina B1; Vitamina B2; Vitamina B6; Vitamina B12; Vitamina K3; Pantotenato de cálcio; Ácido Nicotínico; Ácido Fólico; Ferro; Cobalto; Cobre; Zinco; Glicose. Uso veterinário. Uso oral. Frasco contendo 1 litro. De qualidade igual ou superior ao Hemolitan. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	439471	Und	40	R\$ 225,96	R\$ 9.038,40
13	Fenilbutazona. Concentração: 20% (200mg					

	/ml), forma farmacêutica: solução injetável, uso veterinário. Frasco-ampola contendo 100ml. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	407503	Und	20	R\$ 43,62	R\$ 872,40
14	Cloridrato de Detomidina a 1%, forma física: solução injetável, uso veterinário. Frasco-ampola contendo 10 ml. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	409730	Und	20	R\$ 144,93	R\$ 2.898,60
15	Cloridrato de Cetamina a 10% (100mg/ml), forma farmacêutica: solução injetável, sal químico: cloridrato, uso veterinário. Frasco-ampola contendo 50ml. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	407462	Und	20	R\$ 88,24	R\$ 1.764,80
16	Solução de Cloreto de Sódio a 0,9%, injetável, em sistema fechado. Bolsa/frasco isento de pvc contendo 1L. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	452796	Und	1000	R\$ 7,56	R\$ 7.560,00
17	Dexametasona associada ao DMSO e lidocaína. Forma farmacêutica: gel. Composição (a cada 100 g): Dimetilsulfóxido – 67.474 mg; Dexametasona (acetato) - 110 mg; Cloridrato de lidocaína - 1.000 mg; Veículo q.s.p. - 100 g. Pote contendo 300g. Qualidade igual ou superior ao DM Gel. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	464988	Und	200	R\$ 212,81	R\$ 42.562,00
18	Cipermetrina associada ao clorpirifós e piperonila. Forma farmacêutica: solução tópica. Composição a cada 100mL contém: Cipermetrina 5 g; Clorpirifós 2,5 g; Butóxido de Piperonila 1 g; Veículo q.s.p. 100 mL. Frasco contendo 2,5L. De qualidade igual ou superior ao Aciendel Plus. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	445281	Und	50	R\$ 186,23	R\$ 9.311,50
19	Salicilato De Metila associado com cânfora e mentol, concentração: 1% + 1% + 1%, uso: uso veterinário, forma física: gel hidro-alcoólico. Frasco contendo 450g. Qualidade igual ou superior ao Gelo Pan. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	422829	Und	100	R\$ 75,34	R\$ 7.534,00
20	Diclorvós (Ddvp) associado a Clorpirifós e violeta genciana. Composição em 100ml: Clorpirifós 1g; Diclorvós 1,5g; veículo 100ml e Gás propelente butano/propano 155g por					

	lata. Uso veterinário, forma farmacêutica: spray. Frasco contendo 400 ml. De qualidade igual ou superior ao Lepecid. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	446034	Und	100	R\$ 33,04	R\$ 3.304,00
21	Vacina V10 (dêctupla) para cães, composta por fração liofilizada correspondente a 1 dose de 1 mL e constituída dos vírus vivos atenuados para Cinomose, para Adenovírus tipo 1 e 2, para o vírus da Parainfluenza Canina, para Parvovírus e para cada uma das leptospiros (Leptospira canicola, L. grippotyphosa, L. icterohaemorrhagiae e L. pomona) e do Coronavírus canino (CCV) inativado. Qualidade igual ou superior a Vanguard Plus. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	439507	Doses	10	R\$ 60,66	R\$ 606,60
22	Vacina antirrábica para cães, composta por vírus da raiva cultivado em linhagem celular e inativado quimicamente. Adjuvante: Hidróxido de alumínio. Qualidade igual ou superior ao Defensor. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	439541	Doses	10	R\$ 27,01	R\$ 270,10
23	Vacina de uso veterinário para equinos, contra o vírus da Encefalomielite Equina, cepas Leste e Oeste, da Influenza Equina tipo A2 e Toxóide Tetânico. Qualidade igual ou superior ao Fluvac Innovator EWT. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	462470	Doses	200	R\$ 65,35	R\$ 13.070,00
24	Vacina de uso veterinário para equinos, constituída da associação concentrada dos lisados das Lepstopira canícola, L. icterohaemorrhagiae, L. copenhageni, L. pomona, L. grippotyphosa, L. bratislava e L. hardjo. Qualidade igual ou superior ao Leptovacin. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	485322	Doses	200	R\$ 25,33	R\$ 5.066,00
25	Vacina antirrábica para equinos, composta por Vírus fixo Pasteur inativado pelo BEI e produzido em cultivo celular. Qualidade igual ou superior a Raivacel multi. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	439541	Doses	120	R\$ 25,59	R\$ 3.070,80
26	Vacina contra Adenite Equina (garrotilho), de uso veterinário, para equinos. Composta por					

	suspensão de Streptococcus equi inativada pelo formol e adsorvida em hidróxido de alumínio gel. Qualidade igual ou superior a Vacina Inativada Contra Garrotilho Labovet. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	446139	Doses	200	R\$ 6,62	R\$ 1.324,00
27	Tetrametrina associada à d-fenotrina, concentração: 0,22% + 0,122% p /v, forma física: líquido premido. Frasco contendo 400ml. Qualidade igual ou superior ao Alcance. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	389146	Und	10	R\$ 46,13	R\$ 461,30
28	Cianocobalamina associada a outras vitaminas. Solução injetável. Composição a cada 500ml: Vitamina B1 500 mg; Vitamina B2 80 mg; Vitamina B6 125 mg; Nicotinamida 1.200 mg; Dextrose 60.000 mg; Cloreto de sódio 3.000 mg; Cloreto de potássio 250 mg; Cloreto de cálcio 150 mg; Cloreto de magnésio 1.800 mg; Metionina DL 3.000 mg; Cloreto de colina 1.500 mg; Água para injetáveis q.s.p 495mL. Uso veterinário. Frasco 500ml. Qualidade igual ou superior ao Sorovita Complex. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	441935	Und	300	R\$ 21,42	R\$ 6.426,00
29	Peróxido De Hidrogênio (Água Oxigenada) a 10 volumes. Frasco contendo 1L. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	277319	Und	100	R\$ 11,20	R\$ 1.120,00
30	Álcool Etílico Hidratado 70° INPM. Frasco plástico de 1 litro. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	443454	Und	200	R\$ 6,84	R\$ 1.368,00
31	Gel Para Exame Médico condutor, características adicionais: pH neutro, composição: a base de água, esterilidade: estéril. Frasco contendo 1Kg. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	475840	Und	50	R\$ 15,89	R\$ 794,50
32	Tubo Para Coleta De Amostra Biológica (sangue), à vácuo, componentes: com ativador de coágulo, esterilidade: estéril, descartável, material: plástico, uso: coleta de sangue, volume: 10 ml. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	600690	Embalagem 100 und	10	R\$ 59,57	R\$ 595,70
33	Dimetilsulfóxido (DMSO) injetável, na concentração: 99g /100ml. Líquido límpido,					

	incolor, odor suave, de composição química: (cd3)2so - hexadeuterado, número de referência química: cas 2206-27- 1, peso molecular: 84,17. Em frasco-ampola de 500ml. De qualidade igual ou superior ao DMSO Injetável Vetnil. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	617622	Und	20	R\$ 195,52	R\$ 3.910,40
34	Clorpirifós 2,5%, em solução para pulverização, na seguinte composição (a cada 100ml): Clorpirifós 25,0 g; Cipermetrina 15,0 g; Citronelal 1,0 g. Frasco contendo 1 litro. De qualidade igual ou superior ao Colosso Pulverização. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	617626	Und	50	R\$ 78,63	R\$ 3.931,50
35	Óleo mineral petrolato líquido, laxativo emoliente e lubrificante, para uso no tratamento de síndrome cólica em equinos. Frasco contendo 20ml. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	621039	Und	200	R\$ 4,79	R\$ 958,00
36	Xampu uso veterinário para cães. Composição: neutro, c/ essência. Frasco contendo 500ml. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	448051	Und	10	R\$ 16,93	R\$ 169,30
37	Sulfato De Cobre, aspecto físico: fino cristal azul, característica adicional: reagente p.a. acs iso, composição química: cuso4.5h2o, grau de pureza: pureza mínima de 99%, número de referência química: cas 7758-98-7, peso da molécula: 249,68. Saco contendo 1Kg. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	382241	Kg	20	R\$ 106,19	R\$ 2.123,80
38	M.M.D.H. hidantoína a 27,5%. Forma física: spray tópico. Uso Veterinário. Frasco com 400 ml. Qualidade igual ou superior ao Formoped. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	409754	Und	20	R\$ 69,58	R\$ 1.391,60
39	Glicose a 50% em sistema fechado, bolsa /frasco isento de pvc, forma farmacêutica: solução injetável. Frasco com 500 ml. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	450541	Und	50	R\$ 23,16	R\$ 1.158,00
40	Repelente com óleo de citronela, concentração: até 10%, forma farmacêutica: spray, princípio ativo: à base de deet. De					R\$

	qualidade similar ou superior ao Citro Off Litro. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	432406	Litro	20	R\$ 110,20	2.204,00
41	Alantoína, uso veterinário, composição: óxido de zinco, concentração: 30 mg + 30, forma farmacêutica: pomada. Bisnaga com 250g. Qualidade igual ou superior a o Alantol. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	440964	Und	100	R\$ 192,30	R\$ 19.230,00
42	Vitaminas do complexo B e aminoácidos. Composição básica: Cloridrato de Piridoxina (Vitamina B6), Nicotinamida (Vitamina B3), Dexpantenol (Vitamina B5), Cloridrato de L-Arginina, Acetil-DL- Metionina, Butafosfana e Cianocobalamina. Solução injetável. Frasco contendo 100ml. De qualidade igual ou superior ao Bionew. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	439472	Und	20	R\$ 203,60	R\$ 4.072,00
43	Digluconato de Clorexidina a 2%, degermante. Frasco contendo 1 litro. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	295714	Und	100	R\$ 20,83	R\$ 2.083,00
44	Óxido de Zinco em pomada. Composição (a cada 100g): Permetrina - 0,5 g; Butóxido de Piperona - 3,5 g; Óxido de Zinco - 20 g; Veículo q.s. p. - 100 g. Bisnaga com 50g. De qualidade igual ou superior ao Unguento Vansil. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	483730	Und	50	R\$ 29,09	R\$ 1.454,50
45	Cloridrato de Lidocaína, associada com epinefrina, em solução injetável. Composição (a cada 100 mL): Lidocaína (cloridrato) 2,060 g; Bitartarato de Epinefrina 1,001 mg; Veículo aquoso estéril q.s.p. 100 mL. Frasco- ampola contendo 50ml. De qualidade igual ou superior ao Anestt. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	269851	Und	20	R\$ 119,10	R\$ 2.382,00
46	loimbina a 1%, de uso veterinário, em solução injetável. Frasco-ampola contendo 50ml. De qualidade igual ou superior ao Reset. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	480040	Und	20	R\$ 106,11	R\$ 2.122,20
47	Abamectina associada com Praziquantel e Vitamina E, concentração: 120 mg + 1,5 g + 600 mg. Forma física: gel oral, de uso veterinário. Qualidade igual ou superior ao Aba Gel Composto. O prazo de	411418	Und	200	R\$ 12,48	R\$ 2.496,00

	validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.					
48	Pamoato de Pirantel a 38,30% associado à Ivermectina a 0,4%, em pasta oral, de uso veterinário. Qualidade igual ou superior ao Mectimax Plus Pasta. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	420935	Und	200	R\$ 26,88	R\$ 5.376,00
49	Pamoato de Pirantel associado com praziquantel e febantel, em comprimido, de uso veterinário, na seguinte composição: Praziquantel 150,0 mg; Pamoato de Pirantel 432,0 mg; Febantel 450,0 mg; Ivermectina 0,18 mg; Excipiente q.s.p. 3000 mg. Qualidade igual ou superior ao Top Dog. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	409273	Und	50	R\$ 72,78	R\$ 3.639,00
50	Fipronil associado ao S-metopreno, na concentração: 10 g + 9g a cada 100ml. De uso veterinário, em solução para punção punctiforme (pipeta pour on). Qualidade igual ou superior ao Frontline Plus. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	413966	Und	50	R\$ 21,06	R\$ 1.053,00
51	Sarolaner, de uso veterinário, em comprimido na concentração: 80mg. Qualidade igual ou superior ao Simparic. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	447268	Und	20	R\$ 92,76	R\$ 1.855,20
52	Solução de limpeza para analisador hematológico. Composição: Hipoclorito de Sódio < 100 g/L, Hidróxido de Sódio < 10 g /L, Surfactante < 2g /L diluídos m água desmineralizada. Em frasco contendo 50 ml. Qualidade igual ou superior ao PROBE HIPER CLEANSER BIO MD.	396185	Und	20	R\$ 89,48	R\$ 1.789,60
53	Solução de diluente e lisante para aparelho hematológico, composto por cloreto de sódio, sulfato de sódio, agente de tamponamento, antifúgico e agentes antibacterianos. Em galão contendo 20 litros. Qualidade igual ou superior ao DILUENTE EQUIP VET LINHA 3000.	396183	Und	20	R\$ 277,76	R\$ 5.555,20
54	Compressa de gaze, para uso em saúde, cerca de 9 fios/cm2, hidrófila não estéril, de uso único, dimensão fechada de cerca de 7,5	628241	Und	20	R\$ 17,89	R\$ 357,80

	cm x 7,5 cm, tecido 100% algodão, c/ 5 dobras e 8 camadas. Pacote com 500 unidades.					
55	Atadura crepom 13 fios, dimensões de 12 cm por 1.8 m. Embalagem individual em rolo.	628379	Und	300	R\$ 0,53	R\$ 159,00
56	Bandagem elástica flexível autoaderente, c/ cor, para uso em equinos. Dimensão: cerca de 15 cm x 4,5 m, de uso veterinário e único. Embalagem individual em rolo.	486826	Und	300	R\$ 12,62	R\$ 3.786,00
57	Esparadrapo impermeável, rolo c/ capa protetora, c/ cor, não estéril, com cerca de 10 cm de largura e 4,5m de comprimento, à base de algodão e fibra sintética.	631796	Und	100	R\$ 21,51	R\$ 2.151,00
58	Microtubo tipo eppendorf em polipropileno, de baixa retenção de ácidos nucleicos, capacidade: cerca de 2ml, com fundo cônico e tampa de pressão chata, apirogênico e graduado. Pacote contendo 500 unidades.	410353	Und	1,000	R\$ 0,06	R\$ 60,00
59	Vitamina K hidrossolúvel (K3) injetável, na concentração 15% (150mg /100ml). Frasco-ampola contendo 20 ml. De qualidade igual ou superior ao Monovin K. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	410885	Und	20	R\$ 26,19	R\$ 523,80
60	Tesoura instrumental ponta reta, comprimento total de cerca de 20 cm, esterilizável, com haste angulada, em aço inoxidável.	471655	Und	5	R\$ 30,17	R\$ 150,85
61	Fio para sutura multifilamentar, de seda preto agulhado, em embalagem individual. Comprimento da agulha de cerca de 20mm, comprimento do fio de cerca de 45cm, diâmetro do fio de 0-0. Estéril, com agulha cilíndrica em 1/2 círculo. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	487572	Und	100	R\$ 2,43	R\$ 243,00
62	Equipo, comprimento total do tubo de até 180 cm, conector com ponta perfurante c/ respiro e filtro, conector paciente compatível, câmara gotejamento de macrogotas, flexível, estéril, de uso único. Material: pvc sem dehp, c/ cor, regulador de fluxo manual: pinça rolete, gravitacional, 1 via. Em embalagem individual. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	616945	Und	200	R\$ 1,26	R\$ 252,00
63	Luva de palpação de uso veterinário, tamanho único, ambidestra, comprimento					

	cano longo - cerca de 100cm, material plástico, de superfície lisa, não estéril e de uso único. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	619860	Caixa com 100 unidades	40	R\$ 18,92	R\$ 756,80
64	Seringa graduada de 3 ml, numerada, em embalagem individual, com tampa de vedação de borracha, estéril, descartável, material: polipropileno, c/ agulha 22 g x 1" e bico central luer lock ou slip. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses	630427	Und	200	R\$ 3,40	R\$ 680,00
65	Seringa graduada 10 ml, numerada, em embalagem individual, com tampa de vedação de borracha, estéril, descartável, material: polipropileno, c/ agulha 22 g x 1" e bico central luer lock ou slip. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	439726	Embalagem 100 unidade	10	R\$ 28,34	R\$ 10,00
66	Agulha hipodérmica, com sistema segurança segundo nr/32, dimensão: 20 g x 1", material: aço inoxidável siliconizado, tipo conexão: conector luer lock em plástico, tipo fixação: protetor plástico, tipo ponta: bisel curto trifacetado, tipo uso: estéril, descartável, embalagem individual.	397492	Und	10000	R\$ 0,16	R\$ 1.600,00
67	Agulha hipodérmica, com sistema segurança segundo nr/32, dimensão: 18 g x 1", material: aço inoxidável siliconizado, tipo conexão: conector luer lock em plástico, tipo fixação: protetor plástico, tipo ponta: bisel curto trifacetado, tipo uso: estéril, descartável, embalagem individual.	397517	Caixa com 100 unidades	10	R\$ 11,21	R\$ 112,10
68	Seringa graduada (escala ml), numerada, em embalagem individual, capacidade: 1 ml, componente adicional: c/ sistema segurança segundo nr/32, esterilidade: estéril, descartável, material: polipropileno, tipo agulha: c/ agulha 23 g x 1", tipo bico: bico central luer lock ou slip, tipo vedação: êmbolo de borracha.	459880	Embalagem c/ 100 und	20	R\$ 29,10	R\$ 582,00
69	Seringa graduada (escala ml), numerada, apresentação: embalagem individual, capacidade: 5 ml, componente adicional: c/ sistema segurança segundo nr/32, esterilidade: estéril, descartável, material: polipropileno, tipo agulha: c/ agulha 23 g x 1", tipo bico: bico central luer lock ou slip, tipo vedação: êmbolo de borracha.	439697	Und	400	R\$ 0,91	R\$ 364,00

70	Rasqueadeira. aplicação: escovação e separação pêlos mortos, características adicionais: 2 tamanhos de dentes, material: aço inoxidável, tipo: desmontável.	296945	Und	10	R\$ 57,45	R\$ 574,50
71	Manguim nível I para adestramento de cães, características adicionais: cães filhotes, comprimento: 58 cm, material: bite suit.	624107	Und	5	R\$ 288,10	R\$ 1.440,50
72	Manguim nível III para adestramento de cães, características adicionais: cães filhotes, comprimento: 58 cm, material: bite suit.	624137	Und	5	R\$ 355,49	R\$ 1.777,45
73	Bite pillow para adestramento de cães, características adicionais: modelo alemão, material: juta, tipo: bite pillow.	624100	Und	5	R\$ 253,00	R\$ 1.265,00
74	Coleira tipo colar, garra 4 mm, material: aço inoxidável, aplicação: canídeos.	623775	Und	10	R\$ 26,56	R\$ 265,60
75	Bola de tênis, material: borracha revestida com feltro, peso: 56 a 59,4g.	450270	Und	20	R\$ 27,04	R\$ 540,80
76	Bola de rebote tamanho médio, para adestramento de cães, material: borracha maciça/bite suit.	625708	Und	5	R\$ 139,26	R\$ 696,30
77	Travesseiro de mordida modelo europeu com 1 alça, comprimento: 38 cm x 16 cm, material: bite suit, tipo: mordedor para cão.	623848	Und	5	R\$ 173,80	R\$ 869,00
78	Travesseiro de mordida grande com 3 alças, comprimento: 20 cm x 28 cm, material: bite suit, tipo: mordedor para cão.	623835	Und	5	R\$ 68,59	R\$ 342,95
79	Guia com mosquetão em latão, comprimento: 1,8m, material: couro.	628003	Und	10	R\$ 72,3	R\$ 723,00
80	Coleira tipo colar, elos em metal, comprimento: 63 cm, material: aço inoxidável.	626951	Und	10	R\$ 75,46	R\$ 754,60
81	Colete para treinamento em adestramento de cães, características adicionais: bolso bola, tamanho: médio, material: nylon.	624035	Und	5	R\$ 189,60	R\$ 948,00
82	Comedouro para cães, capacidade de 2 litros, de alumínio polido, do tipo pesado.	335152	Und	20	R\$ 29,14	R\$ 582,80
83	Enforcador para adestramento e condução de cães pelos soldados, espessura: 2, material: aço cromado, tamanho: mínimo 30 e máximo 40 cm.	335149	Und	15	R\$ 48,32	R\$ 724,80
84	Marreta para forjar. Marreta pesando 1 Kg, possuindo balanceamento perfeito, apresentando duas faces, uma lisa e outra arredondada. De qualidade igual ou superior à marreta de 1Kg MUSTAD.	460865	Und	5	R\$ 811,75	R\$ 4.058,75
85	Torquês corta-casco, largura corte 30mm, comprimento 330cm, material do corpo em					R\$

	aço forjado e cromo vanádio. Qualidade igual ou superior ao torquês corta-casco Mustad.	472135	Und	5	R\$ 753,98	3.769,90
86	Torquês corta-cravo, aplicação em ferrageamento, largura corte 30mm, comprimento 330cm, material do corpo em aço forjado e cromo vanádio. Qualidade igual ou superior ao torquês corta-cravo Mustad.	623784	Und	10	R\$ 84,51	R\$ 845,10
87	Grosa para ferrador. Grosa em aço de médio carbono, 14 polegadas de cor preta e espiga vermelha, linhas de 6 dentes na colmeia em um único sentido e com um lado para acabamento. Dentes finos e altos, desenhadas para cascos duros e secos. De qualidade igual ou superior à grosa Black Master 14”.	478402	Und	20	R\$ 200,50	R\$ 4.010,00
88	Faca Loop (rinete). Lâmina de aço com ângulo de corte especial para facilitar o casqueamento; duplo corte para trabalho tanto por ferradores destros quanto canhotos; Cabos de madeira ergonômicos, com apoio para polegares. De qualidade igual ou superior ao rinete loop Mustad.	453196	Und	20	R\$ 138,40	R\$ 2.768,00
89	Cravo para ferrageamento. Aplicação: equídeos, material: aço tipo e4. Embalagem com 200 unidades. De qualidade igual ou superior ao cravo Cobra.	456795	Und	100	R\$ 190,97	R\$ 19.097,00
90	Disco desbaste. Diâmetro: 115, espessura grão: granulação 30, material: metal.	631024	Und	20	R\$ 5,87	R\$ 117,40
91	Ferradura. aplicação: equídeos, material: aço, tamanho padrão: nº 9, tipo: liso	487464	Embalagem 4 Unidade	200	R\$ 47,32	R\$ 9.464,00
92	Ferradura. aplicação: equídeos, material: aço, tamanho padrão: nº 7, tipo: liso	482958	Embalagem 4 Unidade	200	R\$ 45,08	R\$ 9.016,00
93	Ferradura. aplicação: equídeos, material: aço, tamanho padrão: nº 5, tipo: liso	482957	Embalagem 4 Unidade	200	R\$ 49,24	R\$ 9.848,00
94	Ferradura. aplicação: equídeos, material: aço, tamanho padrão: nº 4, tipo: liso	482956	Embalagem 4 Unidade	200	R\$ 42,35	R\$ 8.470,00
95	Ferradura. aplicação: equídeos, material: aço, tamanho padrão: nº 8, tipo: liso	456794	Embalagem 4 Unidade	200	R\$ 46,54	R\$ 9.308,00
96	Ferradura. aplicação: equídeos, material: aço, tamanho padrão: nº 6, tipo: liso	456793	Embalagem 4 Unidade	200	R\$ 44,98	R\$ 8.996,00
97	Estrado de borracha para hospital veterinário. Dimensão 1,00x1,00 m, altura 43 milímetros, com furos.	628995	M²	100	R\$ 433,00	R\$ 43.300,00
98	Embalagem de isopor, altura: 230 cm, capacidade: 5 litros, com tampa, comprimento: 335 cm,	441938	Und	15	R\$ 18,54	R\$

	espessura: 23 cm, forma: caixa térmica, largura: 230cm.					278,10
99	Fluralaner, de uso veterinário, em comprimido na concentração: 1.000 mg. Qualidade igual ou superior ao Bravecto. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	440008	Und	20	R\$ 175,47	R\$ 3.509,
100	Deltametrina Concentração: 1 G, Forma Física: Em Coleira, Uso: Uso Veterinário. Similar a Scalibor MSD G, para cães acima de 19 kg. Produto registrado no MAPA. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	442435	Und	30	R\$ 65,37	R\$ 1.961,10
101	Nitempiram Concentração: 57 MG, Uso: Uso Veterinário. Similiar ao Capstar. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	415456	Comprimido	20	R\$ 10,51	R\$ 210,20
102	Silicone. Composição: Solução de silicone a 30%/5 mL, suspensão de metilcelulose q.s.p. 100 mL. Produto de uso veterinário. Produto registrado do MAPA. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses	445393	Frasco 100ml	200	R\$ 31,13	R\$ 6.226,00
103	Vacina contra Rinopneumonite equina, preparada com vírus EHV 1p e 1b (Herpesvírus Equino) e cultivados em um substrato de linhagem celular equina, quimicamente inativados por formalina e combinados com um adjuvante oleoso especialmente preparado. Contém Timerosal, Neomicina, Polimixina B e Anfotericina B, como conservantes. Com validade mínima de 18 meses da data de entrega. Similar ou superior ao PNEUMABORT - K + 1B– Zoetis.	439542	Doses	120	R\$ 78,63	R\$ 9.435,60
Total					R\$ 412.590,00	

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.



~~1.3. A licitação será realizada em único item.~~



~~1.4. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.~~



~~1.5. A licitação será realizada em grupo único, formado por itens, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.[A2]~~

ou

~~1.6. A licitação será dividida em item(s) e grupo(s), sendo este(s) último(s) formado(s) por dois ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico.~~

~~1.6.1. relativamente ao(s) item(s) isolado(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;~~

~~1.6.2. relativamente ao(s) grupo(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem[A3] .[A4]~~

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.[A1]

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens 1 a 103, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.[A1]

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.[A2]

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021[A3] , para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

~~3.9. Nos itens **XX**, **XX** e **XX** não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.~~

3.10. Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.10.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.10.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.5. . empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

~~3.10.11. sociedades cooperativas;[A4]~~

3.10.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;[A5]

3.10.13. pessoas físicas.[A6]

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

ou

~~4.2. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.~~

~~4.3. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tomado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.~~

~~4.4. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.~~

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.[A1]

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício[A2] .

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.[A3]

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrito como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021[A4] .

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10[A5] sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.[A6]

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.[A7] [A8]

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante; [A1]

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o número licitado.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil[A2] .

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional[A3] .

OU

~~6.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.~~

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação. [A4]

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das

medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.15. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.16. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item[A1] .

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de (0,1 centavos).[A2]

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

~~7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.[A3]~~

~~7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.~~

~~7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.~~

~~7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.~~

~~7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.~~

~~7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.~~

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.[A4]

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

~~7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.~~

~~7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.~~

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

~~7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.[A5]~~

~~7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.~~

~~7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.~~

~~7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.~~

~~7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.~~

~~7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.~~

~~7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.~~

~~7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.~~

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

~~7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.~~

~~7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.~~

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

~~7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015[A6]).~~

~~7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.~~

~~7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada. [A7]~~

~~7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.~~

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; [A8]

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;[A9]

7.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025[A10] .

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

~~7.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;[A11]~~

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.[A12] [A13]

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

~~7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência. [A14]~~

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.[A15]

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;[A1]

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.[A2]

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

8.8.1. [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];

8.9. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

8.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.10.1. conter vícios insanáveis;

8.10.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.10.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.10.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.10.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.12. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.12.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.12.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.13. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.13.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.13.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;[A3]

8.13.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.14. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a executabilidade da proposta.

8.15. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.15.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.[A4]

8.15.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de executabilidade;

8.15.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a executabilidade da proposta.

8.15.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.16. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.16.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.16.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.18. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.19. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra[A5] , o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.20. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.21. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.22. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.23. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.24. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

8.24.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

8.24.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

8.24.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

8.24.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;[A6]

8.25. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.[A7]

8.26. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.27. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.28. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.29. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração,

incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.[A8]

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de [INSERIR UM PERCENTUAL ENTRE 10% A 30 %, SALVO SE HOUVER JUSTIFICATIVA NOS AUTOS PARA SUPRIMIR ESSE ACRÉSCIMO][A1] para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por INDICAR QUALQUER OUTRO MEIO EXPRESSAMENTE ADMITIDO PELA ADMINISTRAÇÃO.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

~~9.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.~~

~~9.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado [INDICAR FORMA DE AGENDAMENTO], de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.~~

~~9.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.[A2]~~

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de [NO MÍNIMO, DUAS HORAS], prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

~~9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES /ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.~~

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas NO MÍNIMO, DUAS HORAS], para:[A3]

9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até (três) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de (três) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. . A existência de registro no Cadin [A1] constitui fator impeditivo para a contratação.

10.8 Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226 /2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.[A2]

10.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974. [A3]

10.9.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei nº 14.967/2024. [A4]

10.10. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra para contratos com quantitativo igual ou superior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas.

OU

10.11. Considerando que a presente contratação possui quantitativo inferior a vinte e cinco colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, no percentual de ~~XX~~ %.[A5]

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [salc.licitacao@esa.eb.mil.br](mailto:licitacao@esa.eb.mil.br)

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias úteis, a contar da comunicação oficial. [A2]

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.[A3]

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o

descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. [A4]

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.[A5]

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: pelo e-mail funcional da SALC. salc.licitacao@esa.eb.mil.br. Devendo protocolar o pedido até 3 dias úteis antes da data da abertura do certame. [A1]

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.[A2]

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico salc.licitacao@esa.eb.mil.br.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. *Anexo II – Projeto Básico;*

16.11.3. *Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;*

16.11.4. *Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços;*

16.11.5. *Anexo V – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;*

16.11.6. *Anexo VI – Termo de Ciência e concordância;*

16.11.7. *Anexo VII - Declaração de Responsabilidade pelo enquadramento sindical;[A1]*

16.11.8. *Anexo VIII – Proposta comercial;*

Três Corações , 22 de junho de 2026.

DIOGO FERREIRA EXPEDITO - TEN CEL

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DIOGO FERREIRA EXPEDITO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 23/06/2026 às 10:28:02.

ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS

Termo de Referência 93/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
93/2026	160129-ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS	CARLOS SANDRO DE OLIVEIRA AQUINO JUNIOR	11/06/2026 15:57 (v 0.6)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64511.007119/2026-73

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 64511.007119/2026-73)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de medicamentos, materiais e insumos veterinários, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Benzilpenicilina benzatina, concentração: 12.000.000 UI, forma farmacêutica: suspensão injetável. Frasco-ampola contendo 50 ml. De qualidade igual ou superior ao Benzafort 12 milhões . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	270612	Und	20	R\$ 6,08	R\$ 121,60
2	Omeprazol em forma de pasta. Cada seringa com 7,50g contem 2,28g de omeprazol. Qualidade igual ou superior ao Gastrozol . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	421874	Und	50	R\$ 66,62	R\$ 3.331,00
3	Sulfato de Condroitina 7,5g associada à Glucosamina 7,5g em solução injetável. Uso veterinário. Frasco-ampola com 10 ml. Qualidade igual ou superior ao Condroton . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	422329	Und	20	R\$ 120,76	R\$ 2.415,20
4	Meloxicam 2% (20mg/ml), forma farmacêutica: solução injetável, uso veterinário. Frasco 20 ml. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	407454	Und	20	R\$ 49,60	R\$ 992,00

5	Sulfanilamida associada à sulfadiazina, gentamicina, vitamina A e uréia, na concentração: 5 g + 5 g + 0,5 g + 120.000 UI + 5g, respectivamente. Forma farmacêutica: pomada. Bisnaga contendo 50g. Qualidade igual ou superior ao Vetaglós . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	439485	Und	100	R\$ 47,51	R\$ 4.751,00
6	Cefoxitina sódica injetável, 1g. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	269960	Und	20	R\$ 10,09	R\$ 201,80
7	Ciprofloxacino associado à dexametasona, na concentração de 3 mg + 1 mg, forma farmacêutica: pomada oftálmica. Bisnaga contendo 3g. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	396073	Und	20	R\$ 53,93	R\$ 1.078,60
8	Dipirona Sódica associada com N-butilbrometo de Hioscina, concentração: 500 mg/ml + 4mg/ml, forma física: solução injetável, uso veterinário. Frasco com 50 ml. De qualidade igual ou superior ao Buscofin Composto . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	412380	Und	20	R\$ 55,49	R\$ 1.109,80
9	Sorbitol concentração: a 50%, forma física: solução injetável, uso veterinário. Frasco contendo 100ml. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	410102	Und	100	R\$ 27,16	R\$ 2.716,00
10	Suplemento vitamínico e mineral para equinos composto por Amido de Milho, Levedura de Cana de Açúcar Inativada e Desidratada, Ácido Fólico, Ácido Nicotínico, Aditivo Prebiótico, Aditivo Probiótico, Aroma de Melaço, B.H.T (Butilhidroxitolueno), Biotina, Cloreto de Colina, Dióxido de Silício ou Sílica, DL-Metionina, Fosfato Tricálcico, L-Lisina, Vitamina B1 (Mononitrato de Tiamina), Vitamina B12 (Cianocobalamina), Vitamina B2 (Riboflavina), Vitamina B6 (Cloridrato de Piridoxina). Saco contendo 20 Kg. De qualidade igual ou superior ao Organew . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	456711	Und	20	R\$ 1.377,33	R\$ 27.546,60
11	Flunixin Meglumina 82,9g/ml. Solução injetável, uso veterinário. Frasco-ampola contendo 50 ml. Qualidade igual ou superior ao Flumedin . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	438095	Und	50	R\$ 44,79	R\$ 2.239,50
12	Vitamina B1; Vitamina B2; Vitamina B6; Vitamina B12; Vitamina K3; Pantotenato de cálcio; Ácido Nicotínico; Ácido Fólico; Ferro; Cobalto; Cobre; Zinco; Glicose. Uso veterinário. Uso oral. Frasco contendo 1 litro. De qualidade igual ou superior ao Hemolitan . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	439471	Und	40	R\$ 225,96	R\$ 9.038,40
13	Fenilbutazona. Concentração: 20% (200mg/ml), forma farmacêutica: solução injetável, uso veterinário. Frasco-ampola contendo 100ml. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	407503	Und	20	R\$ 43,62	R\$ 872,40
14	Cloridrato de Detomidina a 1%, forma física: solução injetável, uso veterinário. Frasco-ampola contendo 10 ml. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	409730	Und	20	R\$ 144,93	R\$ 2.898,60
15	Cloridrato de Cetamina a 10% (100mg/ml), forma farmacêutica: solução injetável, sal químico: cloridrato, uso veterinário. Frasco-ampola contendo 50ml. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	407462	Und	20	R\$ 88,24	R\$ 1.764,80
16	Solução de Cloreto de Sódio a 0,9%, injetável, em sistema fechado. Bolsa/frasco isento de pvc contendo 1L. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	452796	Und	1000	R\$ 7,56	R\$ 7.560,00
17	Dexametasona associada ao DMSO e lidocaína. Forma farmacêutica: gel. Composição (a cada 100 g): Dimetilsulfóxido - 67.474 mg; Dexametasona (acetato) - 110 mg; Cloridrato de lidocaína - 1.000 mg; Veículo q.s.p. - 100 g. Pote contendo 300g. Qualidade igual ou superior ao DM Gel . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	464988	Und	200	R\$ 212,81	R\$ 42.562,00
18	Cipermetrina associada ao clorpirifós e piperonila. Forma farmacêutica: solução tópica. Composição a cada 100mL contém: Cipermetrina 5 g;					

	Clorpirifós 2,5 g; Butóxido de Piperonila 1 g; Veículo q.s.p. 100 mL. Frasco contendo 2,5L. De qualidade igual ou superior ao Aciendel Plus . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	445281	Und	50	R\$ 186,23	R\$ 9.311,50
19	Salicilato De Metila associado com cânfora e mentol, concentração: 1% + 1% + 1%, uso: uso veterinário, forma física: gel hidro-alcoólico. Frasco contendo 450g. Qualidade igual ou superior ao Gelo Pan . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	422829	Und	100	R\$ 75,34	R\$ 7.534,00
20	Diclorvós (Ddvp) associado a Clorpirifós e violeta genciana. Composição em 100ml: Clorpirifós 1g; Diclorvós1,5g; veículo 100ml e Gás propelente butano/propano 155g por lata. Uso veterinário, forma farmacêutica: spray. Frasco contendo 400 ml. De qualidade igual ou superior ao Lepecid . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	446034	Und	100	R\$ 33,04	R\$ 3.304,00
21	Vacina V10 (déctupla) para cães, composta por fração liofilizada correspondente a 1 dose de 1 mL e constituída dos vírus vivos atenuados para Cinomose, para Adenovírus tipo 1 e 2, para o vírus da Parainfluenza Canina, para Parvovírus e para cada uma das leptospiros (Leptospira canicola, L. grippotyphosa, L. icterohaemorrhagiae e L. pomona) e do Coronavírus canino (CCV) inativado. Qualidade igual ou superior a Vanguard Plus . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	439507	Doses	10	R\$ 60,66	R\$ 606,60
22	Vacina antirrábica para cães, composta por vírus da raiva cultivado em linhagem celular e inativado quimicamente. Adjuvante: Hidróxido de alumínio. Qualidade igual ou superior ao Defensor . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	439541	Doses	10	R\$ 27,01	R\$ 270,10
23	Vacina de uso veterinário para equinos, contra o vírus da Encefalomielite Equina, cepas Leste e Oeste, da Influenza Equina tipo A2 e Toxóide Tetânico. Qualidade igual ou superior ao Fluvac Innovator EWT . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	462470	Doses	200	R\$ 65,35	R\$ 13.070,00
24	Vacina de uso veterinário para equinos, constituída da associação concentrada dos lisados das Lepstopira canícola, L. icterohaemorrhagiae, L. copenhageni, L. pomona, L. grippotyphosa, L. bratislava e L. hardjo. Qualidade igual ou superior ao Leptovacin . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	485322	Doses	200	R\$ 25,33	R\$ 5.066,00
25	Vacina antirrábica para equinos, composta por Vírus fixo Pasteur inativado pelo BEI e produzido em cultivo celular. Qualidade igual ou superior a Raivacel multi . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	439541	Doses	120	R\$ 25,59	R\$ 3.070,80
26	Vacina contra Adenite Equina (garrotilho), de uso veterinário, para equinos. Composta por suspensão de Streptococcus equi inativada pelo formol e adsorvida em hidróxido de alumínio gel. Qualidade igual ou superior a Vacina Inativada Contra Garrotilho Labovet . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	446139	Doses	200	R\$ 6,62	R\$ 1.324,00
27	Tetrametrina associada à d-fenotrina, concentração: 0,22% + 0,122% p/v, forma física: Líquido premido. Frasco contendo 400ml. Qualidade igual ou superior ao Alcance . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	389146	Und	10	R\$ 46,13	R\$ 461,30
28	Cianocobalamina associada a outras vitaminas. Solução injetável. Composição a cada 500ml: Vitamina B1 500 mg; Vitamina B2 80 mg; Vitamina B6 125 mg; Nicotinamida 1.200 mg; Dextrose 60.000 mg; Cloreto de sódio 3.000 mg; Cloreto de potássio 250 mg; Cloreto de cálcio 150 mg; Cloreto de magnésio 1.800 mg; Metionina DL 3.000 mg; Cloreto de colina 1.500 mg; Água para injetáveis q.s.p 495mL. Uso veterinário. Frasco 500ml. Qualidade igual ou superior ao Sorovita Complex . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	441935	Und	300	R\$ 21,42	R\$ 6.426,00
29	Peróxido De Hidrogênio (Água Oxigenada) a 10 volumes. Frasco contendo 1L. O prazo de validade no momento da entrega não deverá	277319	Und	100	R\$ 11,20	R\$ 1.120,00

	ser inferior a 24 meses.					
30	Álcool Etilico Hidratado 70° INPM. Frasco plástico de 1 litro. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	443454	Und	200	R\$ 6,84	R\$ 1.368,00
31	Gel Para Exame Médico condutor, características adicionais: pH neutro, composição: a base de água, esterilidade: estéril. Frasco contendo 1Kg. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	475840	Und	50	R\$ 15,89	R\$ 794,50
32	Tubo Para Coleta De Amostra Biológica (sangue), à vácuo, componentes: com ativador de coágulo, esterilidade: estéril, descartável, material: plástico, uso: coleta de sangue, volume: 10 ml. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	600690	Embalagem 100 und	10	R\$ 59,57	R\$ 595,70
33	Dimetilsulfóxido (DMSO) injetável, na concentração: 99g /100ml. Líquido límpido, incolor, odor suave, de composição química: (cd3)2so - hexadeuterado, número de referência química: cas 2206-27-1, peso molecular: 84,17. Em frasco-ampola de 500ml. De qualidade igual ou superior ao DMSO Injetável Vetnil . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	617622	Und	20	R\$ 195,52	R\$ 3.910,40
34	Clorpirifós 2,5%, em solução para pulverização, na seguinte composição (a cada 100ml): Clorpirifós 25,0 g; Cipermetrina 15,0 g; Citronelal 1,0 g. Frasco contendo 1 litro. De qualidade igual ou superior ao Colosso Pulverização . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	617626	Und	50	R\$ 78,63	R\$ 3.931,50
35	Óleo mineral petrolato líquido, laxativo emoliente e lubrificante, para uso no tratamento de síndrome cólica em equinos. Frasco contendo 20ml. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	621039	Und	200	R\$ 4,79	R\$ 958,00
36	Xampu uso veterinário para cães. Composição: neutro, c/ essência. Frasco contendo 500ml. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	448051	Und	10	R\$ 16,93	R\$ 169,30
37	Sulfato De Cobre, aspecto físico: fino cristal azul, característica adicional: reagente p.a. acs iso, composição química: cuso4.5h2o, grau de pureza: pureza mínima de 99%, número de referência química: cas 7758-98-7, peso da molécula: 249,68. Saco contendo 1Kg. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	382241	Kg	20	R\$ 106,19	R\$ 2.123,80
38	M.M.D.H. hidantoína a 27,5%. Forma física: spray tópico. Uso Veterinário. Frasco com 400 ml. Qualidade igual ou superior ao Formoped . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	409754	Und	20	R\$ 69,58	R\$ 1.391,60
39	Glicose a 50% em sistema fechado, bolsa/frasco isento de pvc, forma farmacêutica: solução injetável. Frasco com 500 ml. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	450541	Und	50	R\$ 23,16	R\$ 1.158,00
40	Repelente com óleo de citronela, concentração: até 10%, forma farmacêutica: spray, princípio ativo: à base de deet. De qualidade similar ou superior ao Citro Off Litro . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	432406	Litro	20	R\$ 110,20	R\$ 2.204,00
41	Alantoína, uso veterinário, composição: óxido de zinco, concentração: 30 mg + 30, forma farmacêutica: pomada. Bisnaga com 250g. Qualidade igual ou superior a o Alantol . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	440964	Und	100	R\$ 192,30	R\$ 19.230,00
42	Vitaminas do complexo B e aminoácidos. Composição básica: Cloridrato de Piridoxina (Vitamina B6), Nicotinamida (Vitamina B3), Dexpantenol (Vitamina B5), Cloridrato de L-Arginina, Acetil-DL-Metionina, Butafosfana e Cianocobalamina. Solução injetável. Frasco contendo 100ml. De qualidade igual ou superior ao Bionew . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	439472	Und	20	R\$ 203,60	R\$ 4.072,00
43	Digluconato de Clorexidina a 2%, degermante. Frasco contendo 1 litro. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	295714	Und	100	R\$ 20,83	R\$ 2.083,00
44	Óxido de Zinco em pomada. Composição (a cada 100g): Permetrina - 0,5 g; Butóxido de Piperonila - 3,5 g; Óxido de Zinco - 20 g; Veículo q.s.	483730	Und	50	R\$ 29,09	R\$ 1.454,50

	p. - 100 g. Bisnaga com 50g. De qualidade igual ou superior ao Unguento Vansil . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.					
45	Cloridrato de Lidocaína, associada com epinefrina, em solução injetável. Composição (a cada 100 mL): Lidocaína (cloridrato) 2,060 g; Bitartrato de Epinefrina 1,001 mg; Veículo aquoso estéril q.s.p. 100 mL. Frasco-ampola contendo 50ml. De qualidade igual ou superior ao Anestt . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	269851	Und	20	R\$ 119,10	R\$ 2.382,00
46	loimbina a 1%, de uso veterinário, em solução injetável. Frasco-ampola contendo 50ml. De qualidade igual ou superior ao Reset . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	480040	Und	20	R\$ 106,11	R\$ 2.122,20
47	Abamectina associada com Praziquantel e Vitamina E, concentração: 120 mg + 1,5 g + 600 mg. Forma física: gel oral, de uso veterinário. Qualidade igual ou superior ao Aba Gel Composto . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	411418	Und	200	R\$ 12,48	R\$ 2.496,00
48	Pamoato de Pirantel a 38,30% associado à Ivermectina a 0,4%, em pasta oral, de uso veterinário. Qualidade igual ou superior ao Mectimax Plus Pasta . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	420935	Und	200	R\$ 26,88	R\$ 5.376,00
49	Pamoato de Pirantel associado com praziquantel e febantel, em comprimido, de uso veterinário, na seguinte composição: Praziquantel 150,0 mg; Pamoato de Pirantel 432,0 mg; Febantel 450,0 mg; Ivermectina 0,18 mg; Excipiente q.s.p. 3000 mg. Qualidade igual ou superior ao Top Dog . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	409273	Und	50	R\$ 72,78	R\$ 3.639,00
50	Fipronil associado ao S-metopreno, na concentração: 10 g + 9g a cada 100ml. De uso veterinário, em solução para punção punctiforme (pipeta pour on). Qualidade igual ou superior ao Frontline Plus . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	413966	Und	50	R\$ 21,06	R\$ 1.053,00
51	Sarolaner, de uso veterinário, em comprimido na concentração: 80mg. Qualidade igual ou superior ao Simparic . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	447268	Und	20	R\$ 92,76	R\$ 1.855,20
52	Solução de limpeza para analisador hematológico. Composição: Hipoclorito de Sódio < 100 g/L, Hidróxido de Sódio < 10 g /L, Surfactante < 2g/L diluídos m água desmineralizada. Em frasco contendo 50 ml. Qualidade igual ou superior ao PROBE HIPER CLEANSER BIO MD .	396185	Und	20	R\$ 89,48	R\$ 1.789,60
53	Solução de diluente e lisante para aparelho hematológico, composto por cloreto de sódio, sulfato de sódio, agente de tamponamento, antifúngico e agentes antibacterianos. Em galão contendo 20 litros. Qualidade igual ou superior ao DILUENTE EQUIP VET LINHA 3000 .	396183	Und	20	R\$ 277,76	R\$ 5.555,20
54	Compressa de gaze, para uso em saúde, cerca de 9 fios/cm2, hidrófila não estéril, de uso único, dimensão fechada de cerca de 7,5 cm x 7,5 cm, tecido 100% algodão, c/ 5 dobras e 8 camadas. Pacote com 500 unidades.	628241	Und	20	R\$ 17,89	R\$ 357,80
55	Atadura crepom 13 fios, dimensões de 12 cm por 1.8 m. Embalagem individual em rolo.	628379	Und	300	R\$ 0,53	R\$ 159,00
56	Bandagem elástica flexível autoaderente, c/ cor, para uso em equinos. Dimensão: cerca de 15 cm x 4,5 m, de uso veterinário e único. Embalagem individual em rolo.	486826	Und	300	R\$ 12,62	R\$ 3.786,00
57	Esparadrapo impermeável, rolo c/ capa protetora, c/ cor, não estéril, com cerca de 10 cm de largura e 4,5m de comprimento, à base de algodão e fibra sintética.	631796	Und	100	R\$ 21,51	R\$ 2.151,00
58	Microtubo tipo eppendorf em polipropileno, de baixa retenção de ácidos nucleicos, capacidade: cerca de 2ml, com fundo cônico e tampa de pressão chata, apirogênico e graduado. Pacote contendo 500 unidades.	410353	Und	1.000	R\$ 0,06	R\$ 60,00
59	Vitamina K hidrossolúvel (K3) injetável, na concentração 15% (150mg /100ml). Frasco-ampola contendo 20 ml. De qualidade igual ou superior ao Monovin K . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	410885	Und	20	R\$ 26,19	R\$ 523,80

60	Tesoura instrumental ponta reta, comprimento total de cerca de 20 cm, esterilizável, com haste angulada, em aço inoxidável.	471655	Und	5	R\$ 30,17	R\$ 150,85
61	Fio para sutura multifilamentar, de seda preto agulhado, em embalagem individual. Comprimento da agulha de cerca de 20mm, comprimento do fio de cerca de 45cm, diâmetro do fio de 0-0. Estéril, com agulha cilíndrica em 1/2 círculo. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	487572	Und	100	R\$ 2,43	R\$ 243,00
62	Equipo, comprimento total do tubo de até 180 cm, conector com ponta perfurante c/ respiro e filtro, conector paciente compatível, câmara gotejamento de macrogotas, flexível, estéril, de uso único. Material: pvc sem dehp, c/ cor, regulador de fluxo manual: pinça rolete, gravitacional, 1 via. Em embalagem individual. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	616945	Und	200	R\$ 1,26	R\$ 252,00
63	Luva de palpação de uso veterinário, tamanho único, ambidestra, comprimento cano longo - cerca de 100cm, material plástico, de superfície lisa, não estéril e de uso único. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	619860	Caixa com 100 unidades	40	R\$ 18,92	R\$ 756,80
64	Seringa graduada de 3 ml, numerada, em embalagem individual, com tampa de vedação de borracha, estéril, descartável, material: polipropileno, c/ agulha 22 g x 1" e bico central luer lock ou slip. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses	630427	Und	200	R\$ 3,40	R\$ 680,00
65	Seringa graduada 10 ml, numerada, em embalagem individual, com tampa de vedação de borracha, estéril, descartável, material: polipropileno, c/ agulha 22 g x 1" e bico central luer lock ou slip. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 24 meses.	439726	Embalagem 100 unidade	10	R\$ 28,34	R\$ 10,00
66	Agulha hipodérmica, com sistema segurança segundo nr/32, dimensão: 20 g x 1", material: aço inoxidável siliconizado, tipo conexão: conector luer lock em plástico, tipo fixação: protetor plástico, tipo ponta: bisel curto trifacetado, tipo uso: estéril, descartável, embalagem individual.	397492	Und	10000	R\$ 0,16	R\$ 1.600,00
67	Agulha hipodérmica, com sistema segurança segundo nr/32, dimensão: 18 g x 1", material: aço inoxidável siliconizado, tipo conexão: conector luer lock em plástico, tipo fixação: protetor plástico, tipo ponta: bisel curto trifacetado, tipo uso: estéril, descartável, embalagem individual.	397517	Caixa com 100 unidades	10	R\$ 11,21	R\$ 112,10
68	Seringa graduada (escala ml), numerada, em embalagem individual, capacidade: 1 ml, componente adicional: c/ sistema segurança segundo nr/32, esterilidade: estéril, descartável, material: polipropileno, tipo agulha: c/ agulha 23 g x 1", tipo bico: bico central luer lock ou slip, tipo vedação: êmbolo de borracha.	459880	Embalagem c/ 100 und	20	R\$ 29,10	R\$ 582,00
69	Seringa graduada (escala ml), numerada, apresentação: embalagem individual, capacidade: 5 ml, componente adicional: c/ sistema segurança segundo nr/32, esterilidade: estéril, descartável, material: polipropileno, tipo agulha: c/ agulha 23 g x 1", tipo bico: bico central luer lock ou slip, tipo vedação: êmbolo de borracha.	439697	Und	400	R\$ 0,91	R\$ 364,00
70	Rasqueadeira. aplicação: escovação e separação pêlos mortos, características adicionais: 2 tamanhos de dentes, material: aço inoxidável, tipo: desmontável.	296945	Und	10	R\$ 57,45	R\$ 574,50
71	Manguim nível I para adestramento de cães, características adicionais: cães filhotes, comprimento: 58 cm, material: bite suit.	624107	Und	5	R\$ 288,10	R\$ 1.440,50
72	Manguim nível III para adestramento de cães, características adicionais: cães filhotes, comprimento: 58 cm, material: bite suit.	624137	Und	5	R\$ 355,49	R\$ 1.777,45
73	Bite pillow para adestramento de cães, características adicionais: modelo alemão, material: juta, tipo: bite pillow.	624100	Und	5	R\$ 253,00	R\$ 1.265,00
74	Coleira tipo colar, garra 4 mm, material: aço inoxidável, aplicação: canídeos.	623775	Und	10	R\$ 26,56	R\$ 265,60
75	Bola de tênis, material: borracha revestida com feltro, peso: 56 a 59,4g.	450270	Und	20	R\$ 27,04	R\$ 540,80
76	Bola de rebote tamanho médio, para adestramento de cães, material: borracha maciça/bite suit.	625708	Und	5	R\$ 139,26	R\$ 696,30
77	Travesseiro de mordida modelo europeu com 1 alça, comprimento: 38 cm x 16 cm, material: bite suit, tipo: mordedor para cão.	623848	Und	5	R\$ 173,80	R\$ 869,00

78	Travesseiro de mordida grande com 3 alças, comprimento: 20 cm x 28 cm, material: bite suit, tipo: mordedor para cão.	623835	Und	5	R\$ 68,59	R\$ 342,95
79	Guia com mosquetão em latão, comprimento: 1,8m, material: couro.	628003	Und	10	R\$ 72,3	R\$ 723,00
80	Coleira tipo colar, elos em metal, comprimento: 63 cm, material: aço inoxidável.	626951	Und	10	R\$ 75,46	R\$ 754,60
81	Colete para treinamento em adestramento de cães, características adicionais: bolso bola, tamanho: médio, material: nylon.	624035	Und	5	R\$ 189,60	R\$ 948,00
82	Comedouro para cães, capacidade de 2 litros, de alumínio polido, do tipo pesado.	335152	Und	20	R\$ 29,14	R\$ 582,80
83	Enforcador para adestramento e condução de cães pelos soldados, espessura: 2, material: aço cromado, tamanho: mínimo 30 e máximo 40 cm.	335149	Und	15	R\$ 48,32	R\$ 724,80
84	Marreta para forjar. Marreta pesando 1 Kg, possuindo balanceamento perfeito, apresentando duas faces, uma lisa e outra arredondada. De qualidade igual ou superior à marreta de 1Kg MUSTAD .	460865	Und	5	R\$ 811,75	R\$ 4.058,75
85	Torquês corta-casco, largura corte 30mm, comprimento 330cm, material do corpo em aço forjado e cromo vanádio. Qualidade igual ou superior ao torquês corta-casco Mustad .	472135	Und	5	R\$ 753,98	R\$ 3.769,90
86	Torquês corta-cravo, aplicação em ferrageamento, largura corte 30mm, comprimento 330cm, material do corpo em aço forjado e cromo vanádio. Qualidade igual ou superior ao torquês corta-cravo Mustad .	623784	Und	10	R\$ 84,51	R\$ 845,10
87	Grosa para ferrador. Grosa em aço de médio carbono, 14 polegadas de cor preta e espiga vermelha, linhas de 6 dentes na colmeia em um único sentido e com um lado para acabamento. Dentes finos e altos, desenhadas para cascos duros e secos. De qualidade igual ou superior à grosa Black Master 14" .	478402	Und	20	R\$ 200,50	R\$ 4.010,00
88	Faca Loop (rinete). Lâmina de aço com ângulo de corte especial para facilitar o casqueamento; duplo corte para trabalho tanto por ferradores destros quanto canhotos; Cabos de madeira ergonômicos, com apoio para polegares. De qualidade igual ou superior ao rinete loop Mustad .	453196	Und	20	R\$ 138,40	R\$ 2.768,00
89	Cravo para ferrageamento. Aplicação: equídeos, material: aço tipo e4. Embalagem com 200 unidades. De qualidade igual ou superior ao cravo Cobra .	456795	Und	100	R\$ 190,97	R\$ 19.097,00
90	Disco desbaste. Diâmetro: 115, espessura grão: granulação 30, material: metal.	631024	Und	20	R\$ 5,87	R\$ 117,40
91	Ferradura. aplicação: equídeos, material: aço, tamanho padrão: nº 9, tipo: liso	487464	Embalagem 4 Unidade	200	R\$ 47,32	R\$ 9.464,00
92	Ferradura. aplicação: equídeos, material: aço, tamanho padrão: nº 7, tipo: liso	482958	Embalagem 4 Unidade	200	R\$ 45,08	R\$ 9.016,00
93	Ferradura. aplicação: equídeos, material: aço, tamanho padrão: nº 5, tipo: liso	482957	Embalagem 4 Unidade	200	R\$ 49,24	R\$ 9.848,00
94	Ferradura. aplicação: equídeos, material: aço, tamanho padrão: nº 4, tipo: liso	482956	Embalagem 4 Unidade	200	R\$ 42,35	R\$ 8.470,00
95	Ferradura. aplicação: equídeos, material: aço, tamanho padrão: nº 8, tipo: liso	456794	Embalagem 4 Unidade	200	R\$ 46,54	R\$ 9.308,00
96	Ferradura. aplicação: equídeos, material: aço, tamanho padrão: nº 6, tipo: liso	456793	Embalagem 4 Unidade	200	R\$ 44,98	R\$ 8.996,00
97	Estrado de borracha para hospital veterinário. Dimensão 1,00x1,00 m, altura 43 milímetros, com furos.	628995	M²	100	R\$ 433,00	R\$ 43.300,00
98	Embalagem de isopor, altura: 230 cm, capacidade: 5 litros, com tampa, comprimento: 335 cm, espessura: 23 cm, forma: caixa térmica, largura: 230cm.	441938	Und	15	R\$ 18,54	R\$ 278,10
99	Fluralaner, de uso veterinário, em comprimido na concentração: 1.000					

	mg. Qualidade igual ou superior ao Bravecto . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	440008	Und	20	R\$ 175,47	R\$ 3.509,40
100	Deltametrina Concentração: 1 G, Forma Física: Em Coleira, Uso: Uso Veterinário. Similar a Scalibor MSD G , para cães acima de 19 kg. Produto registrado no MAPA. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	442435	Und	30	R\$ 65,37	R\$ 1.961,10
101	Nitempiram Concentração: 57 MG, Uso: Uso Veterinário. Similiar ao Capstar . O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses.	415456	Comprimido	20	R\$ 10,51	R\$ 210,20
102	Silicone. Composição: Solução de silicone a 30%/5 mL, suspensão de metilcelulose q.s.p.100 mL. Produto de uso veterinário. Produto registrado do MAPA. O prazo de validade no momento da entrega não deverá ser inferior a 12 meses	445393	Frasco 100ml	200	R\$ 31,13	R\$ 6.226,00
103		439542				

Doses	120	R\$ 78,63	R\$ 9.435,60
-------	-----	-----------	--------------

--	--	--	--	--	--	--	--

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados **da data de assinatura da ata**, na forma do artigo 105 da

Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, e pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência. Devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.1.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.3. Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento. Deverá também consultar a Legislação Ambiental vigente;

4.1.4. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.4. Na presente licitação, não será realizada a reserva de cota para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) recebimento do empenho pelo fornecedor, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 14 (quatorze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Sete de Setembro, 628 - Centro, Três Corações - MG, CEP 37410-155. Escola de Sargentos das Armas.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a

sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES /ME nº 77/2022.
- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.12.1. o prazo de validade;
 - 8.12.2. a data da emissão;
 - 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.12.5. o valor a pagar; e
 - 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido

Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será INTEGRAL.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles

relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *capital mínimo* de até 10% do *valor total estimado da contratação*.

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 412.590,00 (*quatrocentos e doze mil, quatrocentos e doze reais e trinta e dois centavos*), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Três Corações, 08 de maio de 2026.

JÚLIA NAVES SARAIVA DE MELO QUEIROZ - 1º TENENTE

Chefe da Seção de Veterinária

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

- 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 dias úteis.
- 3.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*
- 3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e *da relação da rede de assistência técnica autorizada*;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;^[A10]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com

deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. *Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*

4.1.18. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;*

4.1.19. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*

4.1.20. *Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.*

4.1.21. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*

4.1.22. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*

4.1.23. *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*

4.1.24. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*

4.1.25. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*

4.1.26. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.*

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

5.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

5.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. **Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.**

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Três Corações, MG, ____ de ____ de 2026.

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JULIA NAVES SARAIVA DE MELO QUEIROZ

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 15:57:24.

CARLOS SANDRO DE OLIVEIRA AQUINO JUNIOR

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 15:54:01.

ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS

Estudo Técnico Preliminar 125/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64511.007119/2026-73

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente aquisição visa repor o estoque de medicamentos, materiais e insumos da Seção de Veterinária da Escola de Sargentos das Armas, bem como o seu aprimoramento. Desta forma, garante-se a manutenção da saúde animal do efetivo canino e equino desta Organização Militar (OM), através do cumprimento do calendário profilático, aplicação de medidas preventivas e intervenções adequadas frente a patologias. A preservação da saúde animal se pauta na prevenção de patologias, assim como na recuperação adequada e eficaz dos indivíduos acometidos por enfermidades, possibilitando o retorno seguro às atividades por eles desempenhadas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Veterinária	JÚLIA NAVES SARAIVA DE MELO QUEIROZ

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A requisição pauta-se em repor o estoque de produtos veterinários da Seção de Veterinária da Escola de Sargentos das Armas, voltados para a promoção da saúde animal. Através do material solicitado, será possível atender às demandas do calendário profilático, bem como o correto atendimento de emergências veterinárias e demais intercorrências.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Após análise de contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, constatou-se a forma possível de aquisição por meio de aquisição de material, modalidade pregão eletrônico (SRP) com critério de julgamento menor preço por item isolado e menor preço por itens agrupados. A Instrução Normativa 73/2020, de 5 de agosto de 2020, que disciplina a orçamentação nos processos licitatórios, prevê variadas possibilidades de levantamento de mercado. Para o presente objeto utilizou-se os incisos I, II, III e IV do Art. 5º. A utilização dos incisos II, III e IV deve-se ao fato de não serem encontrados a totalidade dos itens licitados no painel de preços

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Registro de preços para aquisição de suplementação para repletamento do estoque da Seção de Veterinária da Escola de Sargentos das Armas, visando manter a saúde e higidez física do efetivo animal desta Organização Militar (OM).

6.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.2.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

- 6.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.2.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 60 (sessenta) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.2.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.2.5. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 6.2.6. Responsabiliza-se integralmente pelo fornecimento dos itens licitados, mediante recebimento da NOTA DE EMPENHO (NE) de acordo com este ETP, nos termos da legislação vigente;
- 6.2.7. Não realizar o fornecimento do objeto licitado sem a prévia NOTA DE EMPENHO (NE), para início das atividades;
- 6.2.8. Constatada situação de irregularidade junto ao SICAF, a contratada será notificada por escrito, para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação. Caso não regularize dentro do prazo e não solicite prorrogação de prazo será aberto procedimento administrativo;
- 6.2.9. Designar preposto para representar a CONTRATADA perante a CONTRATANTE, quando necessário;
- 6.2.10. Caso haja necessidade de adequação de algum item do objeto, face descontinuidade de produção ou desabastecimento nacional, a contratada, deverá apresentar justificativa e/ou solicitação por escrito, com a descrição detalhada do item, no prazo máximo de 2 (dois) dias posterior ao recebimento da NOTA DE EMPENHO;
- 6.2.11. Arcar com todos os ônus necessários ao fornecimento dos itens licitados e contratados, mediante Nota de Empenho, à completa e correta entrega dos materiais, inclusive impostos, taxas, e emolumentos incidentes sobre o objeto desta licitação, fretes, bem como os encargos técnicos e de seguro de acidente do trabalho;
- 6.2.12. Assumir, com exclusividade, todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto contratado, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, aos encargos trabalhistas, aos prêmios de seguro e de acidentes de trabalho e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado;
- 6.2.13. Não será admitida em nenhuma hipótese de transferência do Contrato, no todo ou em parte, a outrem;
- 6.2.14. Permitir que servidor do Órgão Gerenciador e/ou Órgão(s) Participante(s), designado para este fim, o Fiscal de Contrato, efetue a devida fiscalização da documentação fiscal recebida, da entrega, bem como, da quantidade e qualidade dos itens licitados e contratados, mediante Nota de Empenho;
- 6.2.15. Solicitar o acesso dos funcionários da CONTRATADA, devidamente identificados, ao Setor de Almoxarifado, situado no interior das instalações do Órgão Gerenciador e/ou Órgão(s) Participante(s), local onde será realizada a entrega do material solicitado mediante Nota de Empenho em horários constantes em acordos firmados entre as partes;
- 6.2.16. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão transportar e executar os serviços de entregado objeto da licitação, encaminhando profissionais com formação adequada para o desempenho das atividades, portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- 6.2.17. Manter disciplina nas instalações militares, retirando imediatamente, após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração;
- 6.2.18. Manter os funcionários devidamente identificados com crachá, com fotografia recente e uniformizados, provendo-os com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI's que se fizerem necessários;
- 6.2.19. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;
- 6.2.20. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;
- 6.2.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;

6.2.22. Instruir seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração, comunicando imediatamente a este, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional e que atente contra o patrimônio da CONTRATANTE, para que sejam adotadas as providências necessárias;

6.2.23. Manter supervisionados os seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;

6.2.24. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração;

6.2.25. Executar a entrega de forma que não interfiram no bom andamento das rotinas de funcionamento do órgão, cujo horário a ser estabelecido deverá atender ao interesse e conveniência da Administração;

6.2.26. Repor qualquer material ou bem pertencente à Administração e/ou terceiros que for danificado, roubado ou furtado nos locais de entrega do material, por negligência de seus funcionários, após devida apuração do fato, assegurada ampla defesa;

6.2.27. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos ocasionados à Administração e seu patrimônio e/ou a terceiros, dolosa ou culposamente, nos locais de entrega do material, em razão de ação ou omissão ou de quem em seu nome agir;

6.2.28. Utilizar toda e qualquer mão de obra complementar necessária à perfeita entrega dos objetos licitados, sem ônus para a Administração;

6.2.29. Assumir inteira responsabilidade do fornecimento dos materiais contratados de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste Edital e seus anexos;

6.2.30. Responder perante o Comando do 1º Batalhão Logístico de Selva, bem como os Órgãos participantes e a terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativo contratação deste Registro de Preços; e

6.2.31. Solucionar os problemas que venham a surgir, relacionados com o objeto desta Especificação Técnica.

6.2.32. Não será destinados cota reservada, aos item agrupados, de acordo com os Art, 47 e 49 da Lei 123, de 14 de dezembro de 2006, tendo em vista que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte por representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, tendo em vista a especificidade do objeto da presente licitação, tudo de acordo com o Inciso II, do Art 49, da supracitada Lei.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades foram estimadas através de levantamento existente em estoque, se existente, e o eventual acréscimo do quantitativo para o próximo exercício financeiro, levando-se em conta o efetivo equino atual e suas necessidades.

7.2. Para a memória de cálculo dos insumos e materiais, foi realizado levantamento in loco e documental dos estoques existentes na Seção de Veterinária, além da verificação das necessidades da tropa equina.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 412.590,00

8.1. Os orçamentos realizados junto aos sites eletrônicos especializados, e os demais orçamentos, servirão como base para a obtenção de valores de referência. Os mesmos nortearão a disputa entre os licitantes e não serão aceitos, durante a fase competitiva do certame licitatório, a oferta pelos licitantes de valores de percentuais de desconto menores aos descontos referenciais. Estarão consolidados no mapa comparativo de preços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em regra, conforme a Lei 14.133, de 1º ABR 21, os serviços deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se verifica contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação do caso concreto.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A necessidade da contratação pauta-se na manutenção das capacidades da Seção de Veterinária, quanto a promoção e garantia da saúde animal, e no pleno funcionamento desta seção, permitindo assim o adequado e ininterrupto emprego das tropas canina e equina nas atividades desta OM.

11.2. Os itens desta aquisição estão previstos no PDR Log do corrente ano, através da Divisão de Remonta e Veterinária da Chefia de Suprimento.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Para o desempenho das atividades diárias, a Escola de Sargentos das Armas depende diretamente da atuação da Seção de Veterinária (Seç Vet), no que tange a promoção de saúde animal e garantia da higidez física. Para o melhor emprego do efetivo animal, esta Escola necessita de continuidade e segurança em suas demandas apresentadas diariamente. Para tanto, as capacidades desenvolvidas pela Seç Vet refletem diretamente na maximização do emprego animal e sua vida útil nesta OM, e estão condicionados a aquisição dos objetos desta licitação, que proporcionam a estrutura material necessária para o cumprimento dessas determinações.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não há providências a serem tomadas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Quantos aos rejeitos produzidos durante a entrega do objeto, devem possuir destinação adequada, de modo que não resulte em poluição ambiental ou tenha impacto mínimo.

14.2. Os materiais adquiridos devem atender aos critérios de sustentabilidade ambiental na qualidade de requisitos sustentáveis.

14.3. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A presente aquisição demonstra-se viável para a Seção de Veterinária da ESA, visto que esta descrita conforme as necessidade de materiais e insumos demandadas por esta seção.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JULIA NAVES SARAIVA DE MELO QUEIROZ

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 15:56:57.

CARLOS SANDRO DE OLIVEIRA AQUINO JUNIOR

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 15:54:05.

ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS

Ata de Registro de Preços 33/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
33/2026	160129-ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS	JOAO BATISTA MENDES VIEIRA JUNIOR	23/06/2026 10:29 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	306/2026	64511007119202673

1. DO OBJETO

Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx

Ata de Registro de Preços nº XX/2026

A ESCOLA DE SARGENTO DAS ARMAS, com sede na cidade de Três Corações-MG, inscrito(a) no CNPJ /MF sob o nº 09.575.541/0001-1, neste ato representado(a) pelo(a) , nomeado(a) pelo Boletim[]cargo e nome Interno Nr 44, de 6 março de 2025, , portador da Matrícula Funcional nº ,[nº matrícula] considerando o julgamento da , para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada nolicitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica processo administrativo n.º , RESOLVE registrar os preços da(s)..... de/..../202....., 64511.007119/2026-73 empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no , sujeitando-se as partes às normas Edital de licitação constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. Aquisição de medicamentos, materiais e insumos veterinários, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, especificado(s) no(s) item(ns), especificado(s) no(s) item(ns) XX do Termo de Referência, anexo XX do edital de licitação n.º 56/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado[A1] , as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item[A2] , fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
	Especificação	Marca	Modelo	Unidade				

X		(se exigida no edital)	(se exigido no edital)		Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.[A3]

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o(a) Escola de Sargentos das Armas (ESA).
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

~~ou~~

~~3.3. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:~~

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

~~4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços [A1] decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.~~

~~ou~~

- 4.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo

fornecedor.

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir[A1] do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.[A2]

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021[A1] ;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.[A1]

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023[A2] .

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente[A1] após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Três Corações, xx de xxxxxxx de 2026.

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO

Anexo[A1]

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DIOGO FERREIRA EXPEDITO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 23/06/2026 às 10:29:12.

ANEXO V (MODELO)

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
(em papel timbrado da empresa)

_____ [órgão ou entidade licitante]

Ref. Licitação nº ____/____

Declaro para os devidos fins que a empresa
_____, inscrita no Cadastro Nacional de
Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, cumpre
plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do art. 63º, inciso I, da Lei
Federal nº 14.133, o que poderá ser comprovado, caso a empresa seja a
detentora da melhor proposta neste Pregão.

Local, _____ de _____ de _____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO
- MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
LOGO DA EMPRESA

EMPRESA PROPONENTE:

Nome:		
CNPJ:	I.E.:	
Endereço:	nº	
Complemento:	Bairro:	Cep.:
Município:	Estado:	
E-mail:	Telefone:	

À ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS
LICITAÇÃO / **Pregão Eletrônico nº XXX/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº XXX/2026.** Encaminhamos, através do presente documento, os Preços Finais, negociados por ocasião da realização da Sessão Pública, referente ao Certame Licitatório acima citado.

OBJETO:XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

COMPOSIÇÃO DA PROPOSTA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CatSer	Un Medida	Qtde.	Valor Unitário	Valor total
01						
02						
03						
04						
05						

a) **VALOR TOTAL GLOBAL DA PROPOSTA:** R\$ xxxxx,xx (escrever o valor por extenso)

b) Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

Demais condições: de acordo com o edital de licitação e seus anexos.

DECLARO, sob as penas da lei, que o objeto ofertado atende a todas as especificações exigidas no Termo de Referência.

DECLARO que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro e lucro.

(Cidade), _____ de _____ de 2026.

(Assinatura do Representante legalmente constituído)

ANEXO V

(TIMBRE DA EMPRESA)

**DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DA DISPENSA DE
LICITAÇÃO ELETRÔNICA**

A (_____), inscrita no CNPJ sob o nº _____ ,
com sede à _____ , em cumprimento ao
Aviso do Pregão Eletrônico nº **900xx/2026**, DECLARA que conheceu os documentos técnicos do
processo licitatório a que se refere, condições do local do serviço, as dificuldades do projeto, os
esforços e investimentos necessários para o empreendimento.

_____, _____ de _____ de 2026.

(assinatura)
(nome do representante legal)
CPF nº (informar)
(nome da empresa)

Carimbo da Empresa

